



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL



SECRETARIA DA ESCOLA JUDICIAL

SEDCAM

Plano Pedagógico

Identificação da ação	
Nome da ação	Curso de Atualização de Mediadores e Conciliadores Judiciais
Período	6 de novembro a 8 de dezembro de 2023
Horário	Assíncrona e 1 Aula Telepresencial dia 24/11 das 9h às 11h
Modalidade	Híbrido (EaD + 1 aula Telepresencial)
Carga Horária Total	32 horas
Plataforma	<i>Moodle e MS Teams</i> (aula telepresencial)
Nº de Vagas	25
Alinhamento estratégico	A ação <u>não</u> se destina à capacitação inicial ou introdutória. Assim sendo, é pré-requisito para a inscrição a participação prévia em evento formativo na área. Esta atividade de formação está inserida no Eixo “Resolução de Conflitos”, subeixo “Conciliação, Arbitragem e Meios Adequados de Resolução de Disputas”, constante na Tabela de Competências da Magistratura do Trabalho, contida na Resolução ENAMAT Nº 28/2022, do Programa Nacional de Formação Continuada dos Magistrados do Trabalho vigente.

Público-Alvo

- ✓ Magistrados e Servidores do TRT 17ª Região

Instrutora e Tutora

Amanda Barbosa – Juíza do TRT da 15ª Região

Objetivos

O curso tem por objetivo a atualização/reciclagem de mediadores e conciliadores nos termos estabelecidos pela Resolução 288/2021, do CSJT.

Conteúdo Programático

Módulo 1. Teoria do Conflito. Cejuscs trabalhistas: implantação e evolução desde a Resolução nº 174/2016 do CSJT. Atualização quanto à política pública de tratamento dos conflitos no âmbito trabalhista.

Módulo 2. Negociação, Mediação e Conciliação: revisitando a teoria e a prática no contexto trabalhista.

Módulo 3. Técnicas autocompositivas: recapitulando as posturas e procedimentos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL



SECRETARIA DA ESCOLA JUDICIAL

SEDCAM

Aula Telepresencial: Boas práticas processuais e extraprocessuais de promoção da política pública de tratamento adequado dos conflitos.

Módulo 4. Temas complementares. Alterações normativas sobre o tema. Implicações da Resolução nº 281/2021 do CSJT. Gestão de processos nos CEJUSCS. O papel do Coordenador e do Supervisor de CEJUSC-JT.

Dinâmica de aprendizagem	
Metodologia	Videoconferência, interação assíncrona em fóruns de discussão e atividade avaliativa.
Critérios de avaliação e de emissão de certificados	Todos os módulos contarão com fórum de discussão, conforme cronograma anunciado, nos quais será obrigatória a participação com no mínimo duas interações qualificadas em dias intercalados, como critério de avaliação. A avaliação será complementada pela elaboração de atividade conclusiva.

